



**I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas**

**L U S O C O N F**

**2018**

# Livro de Atas

Editores:

Carla Araújo  
Carlos Teixeira  
Cecília Falcão  
Lídia Machado dos Santos  
Paula Odete Fernandes  
Vitor Gonçalves

## Ficha Técnica

### Título

---

**LUSOCONF2018**

**I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas**

### Editores

---

<b>Carla Araújo</b>	<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>
<b>Carlos Teixeira</b>	<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>
<b>Cecília Falcão</b>	<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>
<b>Lídia Machado dos Santos</b>	<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>
<b>Paula Odete Fernandes</b>	<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>
<b>Vitor Gonçalves</b>	<b>Instituto Politécnico de Bragança</b>

### Capa

---

**António Meireles e Vitor Gonçalves**

### Edição

---

**Instituto Politécnico de Bragança**  
**Campus de Santa Apolónia**  
**5300-253 Bragança**  
**Portugal**

**Data de edição: 2019**

**ISBN: 978-972-745-248-4**

**Handle: <http://hdl.handle.net/10198/18595>**

**URL: [www.lusoconf.ipb.pt](http://www.lusoconf.ipb.pt)**

**Email: [lusoconf@ipb.pt](mailto:lusoconf@ipb.pt)**

## Entre, quem é?, a predisposição da economia social para a economia circular

Augusta Pereira<sup>1</sup>, Manuel Fonseca<sup>2</sup>  
[augustamaxado@gmail.com](mailto:augustamaxado@gmail.com), [manuel.fonseca@ipb.pt](mailto:manuel.fonseca@ipb.pt)

<sup>1</sup>*Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

<sup>2</sup>*UNIAG, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal*

### Resumo

“Entre, quem é?” é uma expressão da hospitalidade transmontana. Região economicamente desfavorecida, envelhecida e de baixa densidade populacional. Deficitária no sector secundário, abundante em produtos de qualidade reconhecida, equilibrada na diversidade da agricultura e na multiplicidade dos serviços, em que as organizações da economia social são um pilar do desenvolvimento e da empregabilidade. Respondem a carências sociais, sabem utilizar de forma inteligente os meios de que dispõem, têm presente o sentimento de partilha, mas ainda não se organizaram para implementar um modelo de gestão partilhada. Para o propósito de estudo partiu-se da seguinte pergunta de investigação: Existe predisposição dos agentes da economia social para a partilha de recursos? Assente num estudo de caso da Terra Quente transmontana foi utilizada uma metodologia mista consubstanciada numa abordagem exploratória qualitativa dirigida a gestores (entrevistas em profundidade) e numa abordagem exploratória quantitativa dirigida a colaboradores (inquérito por questionário). Procedeu-se ainda a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados do estudo permitiram observar a existência de predisposição para a partilha e inferir que estas organizações têm um impacto económico significativo em número, trabalho remunerado e volume de negócios. Aferiu-se a relação entre a demonstração de interesse na partilha e a qualificação adequada à função dos gestores e colaboradores. Verificou-se a prática da partilha informal e não regulada de recursos próprios e alheios, entre parceiros de proximidade, sem que exista um modelo de gestão de conhecimento, de ativos, do tempo, uso, reutilização e aproveitamento. Antevê-se que o estudo possa servir de base científica/metodológica para um projeto de investimento regional, beneficiando das oportunidades de apoio ao investimento em inovação, I&D e estabelecimento de parcerias, conciliando o interesse numa região *smart* e a aplicação dos princípios da economia circular. Acredita-se que a promoção deste novo paradigma, através de ações de marketing social, será conducente a mudanças nos comportamentos e atitudes das organizações e da sociedade, e que possa ser disseminado noutras regiões.

**Palavras-Chave:** economia circular, economia social, partilha, territórios inteligentes.

### 1. Introdução

A partilha é um substantivo feminino que significa repartir em várias partes, para usufruir em comum. Implica uma concessão gratuita de uso ou doação e é assumido como uma prova de generosidade. É um valor moral, social e ético positivo e tende-se a pensar que

é uma obrigação de quem mais tem. A presente investigação centra-se na economia circular, ou economia da partilha, visando compreender a importância da gestão de recursos para a sustentabilidade das organizações da economia social e conhecer a percepção dos responsáveis de topo, operacionais e colaboradores relativamente à adoção de práticas da gestão partilhada.

O enquadramento teórico começa por referir os conceitos de economia circular, economia social e das *smart regions*. Segue-se uma contextualização da economia social quanto ao contexto social e económico, ao enquadramento legal, às estratégias de articulação formais delineadas no passado e alguns registos (formais e informais) de interesse da região em converter as práticas em modelos de gestão.

Partiu-se da seguinte pergunta de investigação: Existe predisposição dos agentes da economia social para a partilha de recursos?

Assente num estudo de caso da Terra Quente transmontana foi utilizada uma metodologia mista (qualitativa e quantitativa) através de várias fontes: um estudo exploratório recorrendo a entrevistas semiestruturadas junto dos responsáveis das organizações, seguido da administração de um inquérito por questionário aos colaboradores. Paralelamente, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica e documental que permitiu fazer a aproximação ao objeto de estudo.

Para o cumprimento do objetivo geral definiram-se quatro objetivos específicos:

- 1) Analisar o impacto económico das organizações que compõem a economia social, com base nos dados publicados;
- 2) Verificar se o interesse na partilha está relacionado com as competências que os agentes possuem, com base em informações dos próprios, que conduza a implementação de uma estratégia de formação/informação;
- 3) Analisar comportamentos históricos sobre partilha de recursos, com base em testemunhos dos agentes relevantes; e,
- 4) Verificar o interesse das entidades da economia social, em partilhar recursos entre si, obedecendo aos princípios da economia circular, e que conduzam a uma estratégia comum de atuação, com base em testemunhos dos responsáveis das organizações.

Partindo dos quatro objetivos específicos, foram delineadas as formas de prosseguir com o projeto de investigação. Para o primeiro objetivo específico fez-se pesquisa bibliográfica, em Portugal e na União Europeia de que resulta o enquadramento teórico e contextualização deste projeto de investigação.

Para os restantes três objetivos fizeram-se pesquisas quantitativas e qualitativas aplicadas aos agentes regionais e locais. Para o segundo objetivo específico foi delineado um estudo quantitativo, através de inquérito cujos respondentes são colaboradores das organizações da economia social da região (Estudo 1).

Para os terceiro e quarto objetivos específicos fez-se uma pesquisa qualitativa através de entrevista exploratória a cinco gestores de topo das organizações da economia social na Terra Quente Transmontana (Estudo 2).

Analisadas as respostas, entendeu-se avaliar e compreender os resultados para depois se apresentar a análise de resultados, as principais conclusões e contributos, bem como sugerir algumas recomendações para profissionais.

## 2. Enquadramento teórico

### 2.1. Do conceito economia circular

Economia circular é um conceito que assenta no paradigma dos *RE* (reduzir, reutilizar, recuperar, remodelar, reciclar, reabilitar, reforçar, refazer, relacionar, reaprender) de recursos materiais, técnicos e usos. Trata-se de um processo integrado que promove a dissociação entre o crescimento económico e o aumento no consumo de recursos, relação até aqui vista como não conciliável. O conceito tem origens ligadas a várias escolas de pensamento, incluindo a economia de performance de Walter Stahel. Stahel e Reday (1976) defendem a visão de uma economia em ciclos, o seu impacto na criação de emprego, competitividade económica, redução de recursos e prevenção de desperdícios.

A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões "Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular" de 2015 veio realçar o empenho e apoio da União Europeia (EU) na prossecução desse objetivo e definir medidas concretas envolvendo os Estados-Membros e as organizações. Ali se referem princípios da economia circular, destacando-se:

Tabela 1: Princípios da economia circular

<b>Princípios da economia circular</b>	<b>1 - Preservar e aumentar o capital natural</b> - todos os ativos que a natureza oferece sem intervenção humana (por exemplo a qualidade do ar, da água, do clima, dos solos, da paisagem natural, dos recursos minerais, diversidade de ecossistemas, da flora).
	<b>2 - Fechar os ciclos</b> - a produção e o consumo podem ser autossustentáveis, fazer parte de um ciclo económico fechado, sem desperdício, evitando descartar bens e recursos, num esforço de prolongar-lhe a vida indefinidamente.
	<b>3 - Fazer circular produtos no mais alto nível de utilidade</b> - privilegiar a reutilização e a refuncionalização dos recursos é economicamente mais eficiente do que reciclar. Trata-se de adaptar, transformar por forma a rentabilizar fazendo a economia circular.
	<b>4 – Promover um novo paradigma social</b> - promover mudanças na sociedade de comportamentos, atitudes e formas de pensar, para que sejamos utilizadores em vez de consumidores.

[Fonte: Elaboração própria, adaptado de CCPE (2015)]

A economia linear, assente no modelo “extrair, transformar, descartar” está a esgotar os recursos do planeta, porque consiste na extração da matéria-prima, para ser transformada/processada em produtos para venda e que após a sua utilização são descartados. Este modelo prova a sua inviabilidade uma vez que é demonstrado o rápido esgotamento de matérias-primas, além da destruição do meio ambiente (Catarina Martins, 2017).

Stahel (2010) refere que a alternativa mudaria a lógica económica porque substitui a produção pela suficiência: reutilizar, reciclar o que não pode ser reutilizado, reparar o que não funciona, redesenhar o que não pode ser consertado. A transição tem sido lenta (Figura 1) e o conhecimento deve ser trazido para a formação académica e profissional, em que um amplo movimento “de baixo para cima” só surgirá se as PME puderem

contratar graduados com *know-how* académico e técnico para mudar os modelos de negócios.

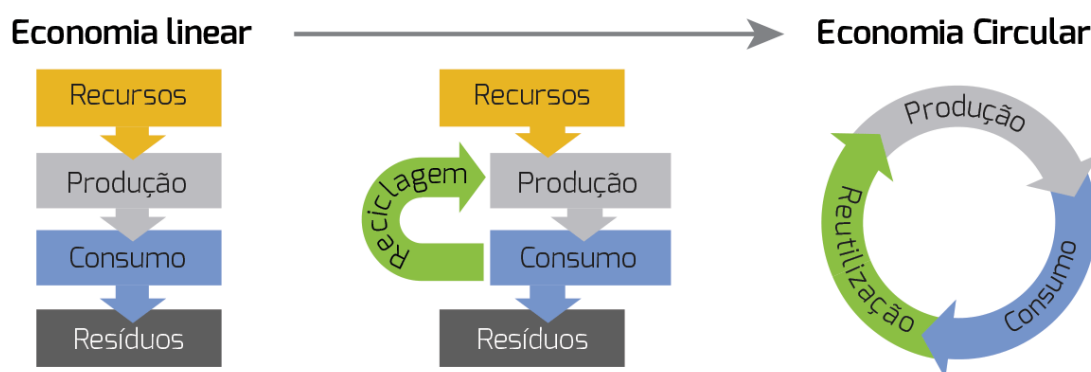


Figura 1: Economia Circular

[Fonte: Circular Economy Portugal (2018)]

Os modelos de negócios da economia circular dividem-se em dois grupos: aqueles que promovem a reutilização e estendem a vida útil através de reparações, remodelações e atualizações; e aqueles que transformam bens antigos em recursos novos, reciclando os materiais.

O mesmo autor afirma que existem três tipos de economia: linear, circular e de desempenho. A primeira flui como um rio, é eficiente para superar a escassez, mas desperdiça o uso de recursos em mercados frequentemente saturados. A circular é como um lago, o reprocessamento de bens e materiais gera empregos e economiza energia, reduzindo o consumo de recursos e o desperdício. A economia de desempenho, para além de projetar e reutilizar, concentra-se em soluções e obtém lucros a partir da suficiência, como a prevenção de resíduos. Conciliar os três tipos de economia implica uma mudança no foco da política que promove modelos baseados em propriedade e responsabilidades totais e pode transformar o conceito de competitividade (Stahel, 2016).

## 2.2. Do conceito economia social

A economia social é constituída por todas as organizações que têm uma atividade económica cujo objeto social é satisfazer necessidades de interesse geral.

Segundo o Parlamento Europeu, é um dos pilares de modelo social europeu e desempenha um papel essencial na economia europeia ao aliar lucratividade e solidariedade, criar empregos de qualidade, reforçar a coesão social, entre outros. A Comissão Europeia refere que as organizações de economia social - 2 milhões - correspondem a 10% do total das organizações europeias e empregam 6,5% da população ativa da EU (Livro branco Social Economy Europe, 2015).

Coheur (2017) refere que a economia social não é um subproduto: as empresas da economia social refletem a necessidade de uma economia que concilie as dimensões social, económica e financeira, consiga gerar riqueza e não seja apenas avaliada em termos do seu capital financeiro, mas sobretudo, pelo seu capital social.

Por outro lado, Garrido (2016) considera que do liberalismo ortodoxo aos socialismos utópicos, não houve doutrinas sociais ou sistemas de organização política isentos de diálogo com a economia social. Os ciclos históricos da economia social correspondem, em regra, à cronologia e à natureza dos regimes políticos, em que se verifica uma estreita

relação, em diversos momentos tensa, entre a institucionalização de políticas sociais públicas e as dinâmicas de proteção social do mundo associativo.

É nesta forma diferente de economia que Demoustier (2001) vê características nas pessoas “irredutíveis” que avançam e fazem avançar, mostrando que se pode empreender junto com os outros, cooperar no trabalho, incentivar-se mutuamente na dificuldade, investir o próprio dinheiro sem se esquecer de ser solidário.

### 2.3. Do conceito regiões inteligentes

Komninos (2002) introduziu o conceito de cidades e regiões inteligentes. Segundo este autor, as cidades e regiões inteligentes combinam o ambiente digital e comunidades reais com elevado nível de conhecimento; circunscrevem-se a uma determinada área geográfica que promove a partilha de conhecimento; e assentam numa infraestrutura baseada em tecnologias de informação e comunicação que otimizam a gestão do conhecimento.

Mas não se devem limitar ao ambiente digital e a plataformas web que disponibilizem serviços ou informações. Devem antes aproveitar-se das vantagens da interação entre os cidadãos, facilitada pela tecnologia. Por isso agregam três áreas de atuação fundamentais em que o objetivo passa por criar condições de sustentabilidade, melhoria das condições de vida das populações e fomentar a criação de uma economia criativa, como exemplifica a Figura 2.

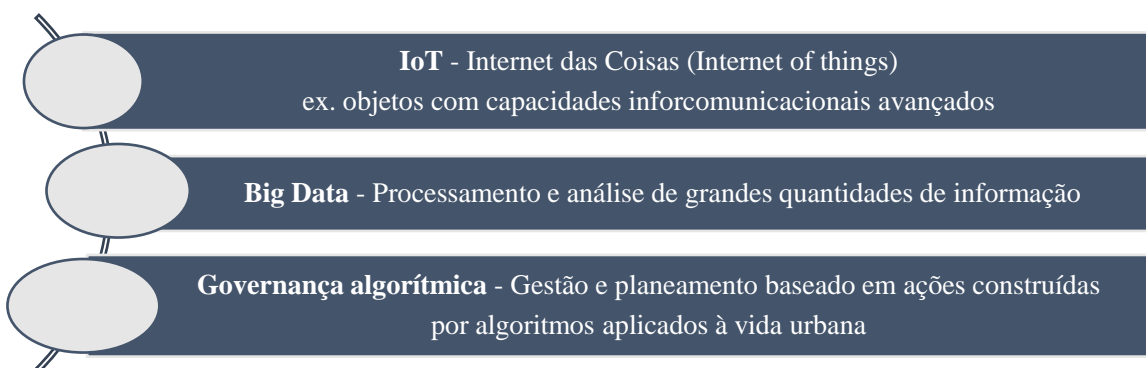


Figura 2: As três principais áreas do conceito *smart* nas regiões  
[Fonte: elaboração própria]

## 3. Enquadramento territorial, social e económico

### 3.1. Sobre a região objeto de estudo

A Terra Quente Transmontana engloba cinco concelhos: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. Na última classificação administrativa das NUTS III (2015) quatro destes concelhos ficaram incluídos na sub-região Terras de Trás-os-Montes e o concelho de Carrazeda de Ansiães integra a sub-região Douro.

Os primeiros quatro concelhos pertencem à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM TTM), cujo âmbito territorial mais alargado engloba nove concelhos, que abrange duas sub-regiões edafo-climáticas: a Terra Quente transmontana, cujo principal centro urbano é Mirandela, e a Terra Fria transmontana, onde Bragança é o principal centro urbano e capital de distrito.

Em 2015, segundo dados do INE, a CIM TTM apresentava uma densidade populacional de 20 hab/km<sup>2</sup>, um índice de envelhecimento de 279,4 e um PIB *per capita* de 13.859

euros. Em comparação, a cidade de Mirandela, apresentava no mesmo período, uma densidade populacional de 34 hab/km<sup>2</sup> e um índice de envelhecimento de 239,3.

O concelho de Carraceda de Ansiães pertence à Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro), cujo âmbito territorial mais alargado engloba dezanove concelhos. O seu principal centro urbano e capital é a cidade de Vila Real, que em conjunto com Peso da Régua e Lamego, forma um eixo urbano que concentra cerca de 200 mil habitantes.

A Estratégia de Ordenamento do Território 2030, de 20 de julho de 2018 veio publicar a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT 2007), tendo em consideração vários fatores, designadamente as orientações da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (valorização do território e da promoção da coesão territorial incluindo a consideração das diversidades territoriais, a aposta no desenvolvimento do interior, bem como os objetivos de desenvolvimento sustentável).

Neste documento defende-se a promoção da governança territorial assente em redes colaborativas. Os novos modelos de governação regional e sub-regional precisam de agregar atores, formais e informais, dos setores público e privado, organizados e comprometidos que interagem - em concertação ou em conflito - para realizar um objetivo, um conjunto de objetivos ou uma estratégia.

### 3.2. Da economia social

Ciriec citado por Andrade e Franco (2007) considera que em adição às diferenças ao nível dos conceitos, definições e fronteiras do terceiro sistema no seio dos quinze países da UE, podemos ser levados a interrogar-nos sobre a própria existência de um terceiro sector distinto dos sectores público e privado. A questão da denominação deste setor é de extrema importância, sobretudo quando há uma proliferação de nomes associada a uma ausência de clareza quanto aos seus significados: terceiro setor; setor não lucrativo e setor sem fins lucrativos; economia social e economia solidária; organizações não-governamentais; e organizações da sociedade civil.

Sendo o primeiro setor o Estado, responsável pelas questões sociais, e o segundo setor o privado, responsável pelas questões individuais, o terceiro engloba organizações que têm como objetivo apoiar serviços de carácter social. A falha do Estado na resolução de questões sociais fez com que o setor privado assumisse uma posição - por celebração de acordo formal regulado ou não com o Estado - visando a resolução de problemas sociais, através de entidades que compõem o chamado terceiro setor.

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgaram numa sessão pública em 2017 os resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), com dados de 2013, elaborada no âmbito de um protocolo celebrado entre a CASES e o INE. Ali, Vieira da Silva, Ministro do Trabalho Solidariedade e Segurança Social do XXI Governo Constitucional, salientou que os dados apresentados confirmam a *enorme relevância* do setor, sublinhando que *muitas das organizações da economia social desempenham um importante papel no equilíbrio social, territorial e no combate à pobreza*.

Segundo o INE, em 2013, a economia social representou 2,8% do VAB nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. As remunerações pagas constituíram 5,2% do total, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,4% da remuneração média da economia. No âmbito da CSES foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto de atividades, destacando-se a cultura, desporto e recreio (50,7%), seguindo-se a ação e segurança social (15,6%).

Para avaliar a representatividade das entidades da economia social e dos trabalhadores que estas empregam, em comparação com outras entidades que operam na região objeto de estudo (Terra Quente Transmontana) foi consultado o Gabinete de Estatística e



Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS). A informação facultada refere-se aos Quadros de Pessoal que fazem parte do Relatório Único (RU), e que constituem o Anexo A desse relatório desde 2010, com informação relativa a outubro de cada ano. Assim, em 2016, foram reportadas ao GEP/MTSSS um total de 1.579 empresas de naturezas jurídicas diversas, que têm a cargo no total 7.965 trabalhadores nos seus quadros de pessoal (ver Quadro 1). Para avaliar se as entidades da economia social têm impacto em número de empresas e em número de trabalhadores optou-se por contar as entidades com enquadramento legal na Lei de bases da economia social que consta do ponto 3.3 Enquadramento legal.

Quadro 1: Número de Empresas e Pessoas ao serviço das Empresas por Natureza Jurídica

Natureza Jurídica		Nº de Empresas	Quantidade Pessoas
11	Associação de Beneficência e Humanitária	14	907
12	Associação de Cultura, Recreio e Desporto	8	78
14	Associação Patronal ou Sindical	17	75
15	Associação Profissional não sindical	1	7
18	Outras Associações (inclui Mútuas de seguros e Casas de Povo)	15	102
25	Empresa intermunicipal	1	9
30	Sociedade em Nome Colectivo	1	1
31	Sociedade Anónima	31	826
33	Sociedade por Quotas	650	3 485
41	Sociedade Cooperativa	11	96
51	Pessoa Singular	65	130
61	Pessoa Colectiva Religiosa	20	337
81	Empresário em Nome Individual	405	818
91	Sociedade Irregular	15	70
93	Sociedade unipessoal por quotas	325	1 024
<b>Total Terra Quente Transmontana</b>		<b>1 579</b>	<b>7 965</b>
Soma das Entidades da economia social (11,12,14,15,18,41,61)		86	1 602
Representatividade da economia social na região objeto estudo		5,4%	20,1%

[Fonte: elaboração própria, adaptado de GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal, (2016)]

Para calcular o número de empresas e trabalhadores somaram-se os registos das associações às cooperativas e às coletivas religiosas. Trata-se da soma dos códigos 11,12,14,15,18,41 e 61, que representam um total de 86 entidades que empregam 1.602 trabalhadores. Representam 5,4% das empresas que cumprem a legislação comunicando o número de trabalhadores que empregavam, o que representa 20,1% dos trabalhadores empregados em 2016.

Neste território de baixa densidade as organizações da economia social são frequentemente o motor de desenvolvimento das regiões. As associações de desenvolvimento, as cooperativas, as associações de produtores e as associações de comerciantes são exemplos de dinamização das restantes atividades económicas.

### 3.3. Enquadramento legal

A Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, regulou em Portugal a Lei de Bases da Economia Social, estabelecendo as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.

Entende-se por economia social o conjunto das atividades económico-sociais relativas às entidades que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer

diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.

Integram a economia social as seguintes entidades, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português: as cooperativas; as associações mutualistas; as misericórdias; as fundações; as instituições particulares de solidariedade social (IPSS); as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; e outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social.

Os princípios orientadores constam do art.º 5º onde enuncia a autonomia e atuação quanto a um conjunto de pressupostos como: o primado das pessoas e dos objetivos sociais; o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; entre outros.

### **3.4. Converter as raízes e práticas em modelos de gestão – fazer a economia circular**

“*Entre, quem é?*”, diziam os transmontanos quando alguém lhes batia à porta, espelhando nesta expressão emblemática a sua hospitalidade. Em Trás-os-Montes sempre se cultivou a hospitalidade, e as pessoas receberem sem reservas na sua morada quem quer que fosse a passar, o conterrâneo ou o viajante que batessem à porta.

Tanta confiança pode ser explicada pela ligação à terra, onde era usual encontrar hortas comunitárias, fornos a lenha, lavadouros públicos e centros comunitários, numa terra que é de todos e todos partilham ou devem partilhar sem animosidades. Pode explicar-se pela religiosidade, pela comunhão, pela bondade de quem dá e tem pouco, ou tão-só pelo hábito da vida simples em que o dar e o receber fazem parte da vida rural e comunitária. Miguel Torga escreveu sobre a expressão transmontana, Camilo Castelo Branco conta que beneficiou algumas vezes dessa bondade e o próprio Zé do Telhado, o salteador, ou “repartidor público” como se considerava, foi recebido dessa forma em terras de Penaguião. Nos tempos que correm o costume vai sendo mais raro, ainda que as práticas de partilha e de parceria estejam enraizadas nas pessoas e conseqüentemente nas organizações que atuam no âmbito social.

Na busca de demonstrações recentes de estratégias para a região, encontraram-se alguns passos relevantes. Em junho de 2014, para conceber a estratégia de desenvolvimento para a Terra Quente conducente à elaboração da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária que daria corpo à DLBC Rural Entre xistos e granitos, foi feita uma auscultação dos principais interlocutores dos vários setores económicos (atividade agroalimentar, atividade turística e da economia social). A associação de desenvolvimento local, que atua no território de referência, adotou a metodologia de *focus group* para delinear a estratégia de desenvolvimento para o atual quadro comunitário de apoio (2014-2020), com mesas participativas, para a elaboração da DLBC rural da associação de desenvolvimento GAL DESTAQUE. Ali foi manifestado interesse dos atores locais do apoio social para o desenvolvimento de parcerias consolidadas para a partilha de recursos, numa perspetiva de aumentar a própria sustentabilidade.

No mesmo ano, as associações de desenvolvimento local DESTAQUE (terra quente transmontana) e CORANE (terra fria transmontana), em parceria com outras entidades da administração local, entre outras do distrito de Bragança, realizou um evento

internacional relacionado com as *smart cities* - SMART TRAVEL 2014. O mote foi a partilha de conhecimentos, experiências e soluções inteligentes a uma escala mundial, a partir de um território pobre e desertificado, mas com um enorme potencial turístico, e como referiu a organização com soluções inteligentes instaladas, criadas por iniciativa local, *bottom-up*, que são um excelente exemplo de conceitos universalmente aceites: empreendedorismo, inovação e audácia.

Assumindo-se essa postura de partilha como prática informal, e reconhecidos os benefícios do hábito pelos transmontanos, este trabalho de investigação pretende aferir a predisposição dos agentes coletivos que constituem a economia social, para adotar um modelo de gestão, normalizado e organizado, capaz de se enquadrar nos princípios da economia circular, no âmbito da partilha de serviços, que garanta a manutenção, reparação e reutilização dos recursos.

#### 4. Metodologia

Para além da pesquisa bibliográfica, o presente trabalho de investigação integra dois estudos desenvolvidos ao longo de oito semanas, aplicados às organizações que compõem a economia social cujo âmbito de atuação é o território geográfico de referência (um de natureza quantitativa e outro qualitativa). O objetivo da abordagem de investigação é descrever e interpretar, mais do que avaliar, para enquadrar o fenómeno que deu razão à investigação (Freixo, 2009).

Como primeira abordagem empírica considerou-se adequado traçar um perfil dos colaboradores das organizações, através de um curto questionário, e como abordagem exploratória ao perfil dos responsáveis pelas organizações, dos hábitos de partilha e da predisposição dos gestores para a partilha.

##### 4.1. Estudo 1 – Perfil dos colaboradores das organizações

Trata-se de um estudo com uma abordagem metodológica quantitativa, através de pesquisa descritiva que pretende identificar e caracterizar os colaboradores das organizações, quanto às competências que possui, compreender em que medida percecionam a entidade em que estão integrados, e averiguar do interesse na partilha de recursos (Figura 3).

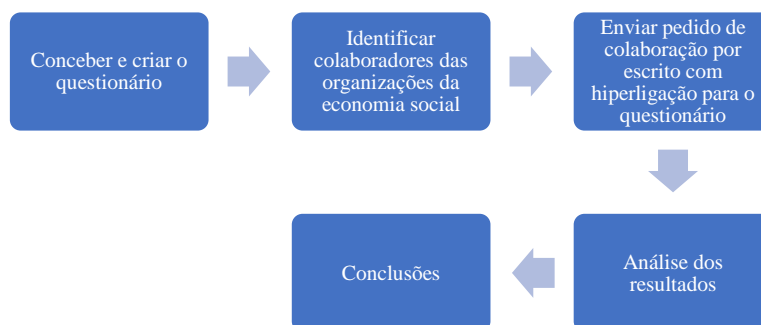


Figura 3: Estrutura do Estudo  
[Fonte: Elaboração própria]

##### 4.2. Estudo 2 – Hábitos e predisposição dos responsáveis das organizações

Trata-se de um estudo com uma abordagem metodológica qualitativa, exploratória, visando fazer o levantamento de referências e uma aproximação ao objeto de estudo, com o objetivo de determinar o nível de conhecimento da organização pelos seus principais

responsáveis, o histórico, hábitos e predisposição para a partilha das organizações da economia social (Figura 4).

Para Schiavo (1999) com o crescimento das organizações do terceiro setor, as técnicas modernas de gestão foram pouco a pouco incorporadas na área social. A sociedade espera resultados concretos que transformem carência em atendimento, e ausência em participação. Neste contexto são cada vez mais usados os métodos e técnicas de marketing social, que segundo Kotler (2005) pode ser a criação, implementação e controlo de programas voltados para influenciar a aceitabilidade das ideias sociais e envolvendo planeamento de produto, preço, comunicação, distribuição e pesquisa de marketing.

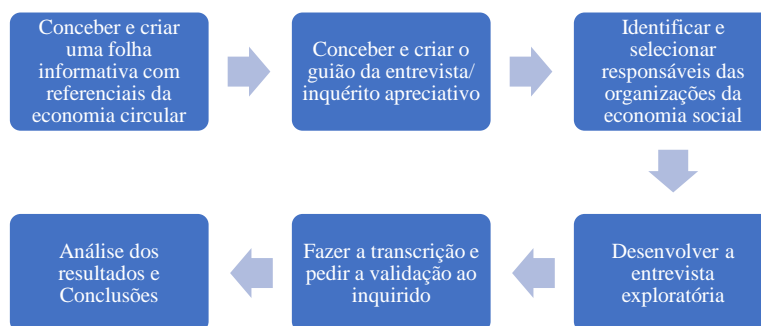


Figura 4: Estrutura do Estudo 2  
[Fonte: Elaboração própria]

## 5. Análise de resultados e conclusões

O projeto de investigação atingiu os objetivos propostos na medida em que permitiu determinar a predisposição dos agentes coletivos da economia social para a gestão de recursos partilhados que atuam na região, que constitui o objetivo geral do presente trabalho. Pode concluir-se que existe essa predisposição.

Face ao primeiro objetivo específico foi possível concluir que as organizações da economia social têm um impacto económico bastante significativo, quer a nível nacional, quer a nível regional e local, tanto no que refere à quantidade de organizações, como face ao trabalho remunerado e ao volume de negócios. São reconhecidamente um fator de desenvolvimento social e económico.

No âmbito do estudo da relação entre demonstração de interesse na partilha e competências dos colaboradores (segundo objetivo específico), não é possível concluir que exista uma relação direta, uma vez que se verificou serem colaboradores adequadamente qualificados para as funções que ocupam, que conhecem e sabem identificar os aspetos em que a organização pode melhorar, e que apresentam interesse em partilhar recursos e conhecimentos através de modelos de gestão.

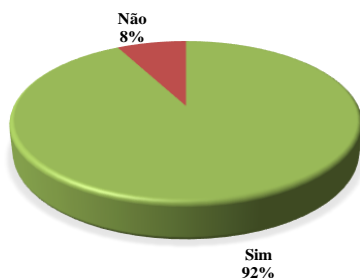


Figura 5: Distribuição percentual sobre a formação académica adequada à função que exerce  
[Fonte: Elaboração própria]

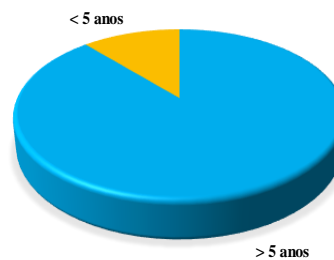


Figura 6: Distribuição percentual sobre a experiência profissional  
[Fonte: Elaboração própria]

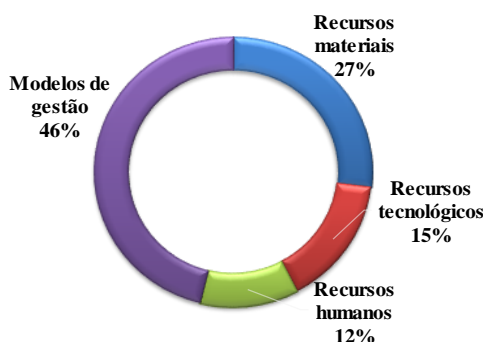


Figura 7: Distribuição de interesse na partilha de recursos com outras entidades, sob forma de gestão consciente e responsável  
[Fonte: Elaboração própria]

A grande maioria dos indivíduos que participaram nos estudos 1 e 2 são pessoas adequadamente qualificadas para as funções que exercem e que demonstram interesse na partilha de recursos.

O estudo 2 permitiu analisar o histórico de comportamentos das organizações da economia social sobre a partilha de recursos (terceiro objetivo específico), podendo concluir-se que existe prática na partilha de recursos próprios e alheios, de forma informal e não regulada, entre parceiros de proximidade ao seu local de atuação, sem que exista uma forma de gestão quanto ao tempo, uso, reutilização e aproveitamento.

No que concerne ao quarto objetivo específico pode concluir-se que os estudos 1 e 2 corroboram o interesse das entidades da economia social em partilhar recursos entre si, obedecendo aos princípios da economia circular, e que conduzam a uma estratégia comum de atuação.

### 5.1. Contributos da investigação

No decurso do presente trabalho de investigação foi evidente o interesse dos agentes em conhecer o tema e em participar de forma efetiva: o primeiro contributo é o despertar para o interesse sobre a partilha.

Por outro lado, a reflexão que a temática suscita nos respondentes sobre a predisposição para a partilha nas organizações, é o segundo contributo, porque pode estimular novos comportamentos e novas atitudes que poderão vir a ter implicações no normal funcionamento das organizações e na gestão dos recursos.

No contexto de recursos criativos, designadamente a utilização de folha informativa, foi pertinente para explicar o tema de investigação de forma apelativa, tendo sido considerada uma ferramenta para sensibilização dos interlocutores para a aplicação dos princípios da

economia circular. Foi o terceiro contributo para o entendimento deste conceito, uma vez que a grande maioria considerava a sua aplicação circunscrita apenas ao âmbito do aproveitamento e reutilização dos recursos naturais.

O quarto contributo foi a autoavaliação dos colaboradores e gestores quanto ao funcionamento da organização de onde se destaca a importância de melhorar o seu posicionamento e de apostar mais na imagem que projetam para dentro e fora das organizações.

## **5.2. Recomendações para profissionais**

A conclusão preambular do presente trabalho de investigação, que continua em curso, permite assumir que é possível unir esforços para a redução das assimetrias sociais e reconhecer que a partilha do conhecimento e das práticas de gestão pode ser uma solução para o território.

Face aos resultados obtidos, as entidades da economia social poderão conceber e implementar um modelo de gestão dos recursos através de plataforma de gestão, que disponibilize um sistema de aluguer e partilha, privilegiando a reutilização e a refuncionalização dos recursos, por forma a serem economicamente mais eficientes e sustentáveis.

É sabido que a introdução de novos comportamentos de causas sociais tem um impacto maior quando é protagonizado pelos jovens. Seria útil promover estes comportamentos através de campanha de sensibilização para a partilha de recursos no agrupamento de escolas, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e recursos multimédia, ou de materiais manipuláveis para as crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC); para as crianças que frequentam o 2º e 3º ciclos do ensino básico, nas áreas curriculares de projeto/educação tecnológica; e para os jovens que frequentam o ensino secundário nos clubes temáticos subordinados a temas como a inovação, empreendedorismo, economia circular.

Na análise de incentivos ao investimento nos programas estruturais do Quadro Estratégico Comunitário 2014-2020 é possível identificar oportunidades de investimento que priorizam o mérito das candidaturas quando demonstram a inteligência dos territórios no aproveitamento e reutilização dos recursos de que dispõe, que faz antever o casamento perfeito entre uma região *smart* e a aplicação dos princípios da economia circular.

De igual forma, analisando os programas de apoio do Portugal 2020, e a Estratégia de Especialização Inteligente do Norte (RIS3) pode verificar-se que são valorizados os recursos e ativos dos territórios quando demonstram inovação nos territórios e o impacto nas políticas públicas. O esboço de um projeto de investimento promovido por uma parceria formal e organizada das organizações da economia social da Terra Quente Transmontana, concebido por todos os intervenientes, numa base tecnológica de I&D pode preencher os requisitos para ser considerado um exemplo ou um projeto piloto, de gestão dos recursos, através de uma plataforma de gestão.

Finalmente, sublinha-se que o aproveitamento de trabalhos científicos de investigadores do Instituto Politécnico de Bragança, que demonstrem relevância para a região da economia social, podem complementar a base científica para um projeto comum que envolva as entidades de I&D e as organizações da economia social.

## 6. Referências

- Andrade, A. & Franco, R. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Porto, Portugal
- CASES (2016). Conta satélite da economia social. Acedido em 2de março de 2018. Disponível em: <http://www.cases.pt/contasatelitedaes/>
- Coheur, Alain (2015). *Livro branco Social Economy Europe, A economia social...retomar a iniciativa. Propostas para fazer da economia social um pilar da União Europeia*. Social Economy Europe.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2014). *Estratégia Regional de Especialização Inteligente*. Porto, Portugal.
- Comité Económico e Social Europeu (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia*. Bruxelas, Bélgica.
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu (2015). *Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular*. Bruxelas, Bélgica.
- Cousin, Louis, Martelloni, Laura (2017). *A cooperative vision for the collaborative economy*. Cooperatives Europe.
- Cruz, Luísa (2017). *Estudo exploratório da relação entre Economia Circular e Economia da Partilha: motivações dos clientes*. Dissertação de Mestrado, Católica Porto Business School, Porto, Portugal.
- Demoustier, Danielle (2001). *Economia Social e Solidária – um novo modo de empreendimento associativo*. São Paulo: Loyola.
- DLBC Rural (2004). Envolvimento das comunidades locais na elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local. Acedido em 26 de março de 2018. Disponível em: <http://desteque.com/envolvimento-das-comunidades/>
- Direção Geral do Território (2018). *Estratégia de Ordenamento do Território 2030*. Lisboa, Portugal.
- Fernandes, José Manuel (2016). *A economia social em Portugal*. Grupo do PPE no Parlamento Europeu.
- Figueira, Angélica (2017). *A importância da gestão de pessoas para a sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal
- Fonseca, Manuel (2012). *As campanhas de comunicação de marketing no âmbito da prevenção rodoviária portuguesa: um contributo para a análise da sua eficácia*. Tese de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Freixo, Manuel João Vaz (2009). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Garrido, António (2016). *Uma história da economia social. Cooperação e solidariedade*. Lisboa: Tinta da China.
- INE (2018). Empresas em Portugal – 2016. Acedido em 23 de março de 2018. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOE\\_Spub\\_boui=318224733&PUBLICACOESmodo=2\\_](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOE_Spub_boui=318224733&PUBLICACOESmodo=2_)
- Komninos, Nicos (2002). *Intelligent Cities: Innovation, knowledge systems, and digital Spaces*. London, Spon Press
- Kotler, Philip (2005). *Marketing Essencial. Conceitos, estratégias e casos*. São Paulo: Person Education

- Lei de Bases da Economia Social (2013). Lei nº 30/2013 de 8 de maio. Diário da República Eletrónico.
- Martins, Catarina (2017). Economia linear. Acedido em 27 de março de 2018. Disponível em: <http://knoow.net/ciencconempr/economia/economia-linear/>.
- Mendonça, Vitor (2015). *ON-Rede: Modelo de geração de oportunidades de negócio baseado em Redes de Cooperação Interorganizacional suportado por Sistemas de Informação*. Tese de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes, Vila Real, Portugal.
- Novais, Paulo (2016). O que é e o que vale a economia social. Acedido em 4 de maio de 2018. Disponível em: <https://observador.pt/2016/05/19/o-que-e-e-o-que-vale-a-economia-social/>.
- Regulamento UE nº 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. Sistema Europeu de Contas nacionais e regionais da UE, de 21 de maio. Jornal Oficial da União Europeia.
- Schiavo, Marcio Ruiz (1999). *Conceito e evolução do marketing social*. São Paulo.
- Smart Travel' 14 (2014). Fórum Internacional. Acedido em 23 de março de 2018. Disponível em: <http://www.smartravel.pt/2014/>
- Stahel, Walter R. (2010). *The Performance Economy*. 2ª edição. Londres: Palgrave Macmillan.
- Stahel, Walter R. (2016). A economia circular. Acedido em 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/news/the-circular-economy-1.19594#/ref-link-10>.
- Vieira, Neilder, Parente, Cristina & Barbosa, Allan (2017). Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.
- Vilelas, José (2017). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. 2ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.